



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio				
Título:	Reunião Ordinária N. 41				
Local:	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA Quadra 601 Bloco K, Brasília, DF				
Data da reunião:	09/04/2015	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	13:00

Pauta da Reunião

09:00h – Abertura e aprovação da ata da 40ª Reunião

09:15h - Avisos: - Avisos da Secretaria
- Avisos da Coordenação das Câmaras

09:20h – Apresentação MAPA

09:30h – Recomposição da CTLOG

10:00h – Avaliação dos impactos da greve dos caminhoneiros
- Garantia constitucional do direito de ir e vir
- Indenizações aos prejudicados pelas paralisações

10:30h – Destramamento das licitações portuárias
Destramamento das poligonais

11:00h – Qualidade das estruturas de armazenagem – empreendimentos novos

11:30h - Nova estrutura de informações da ANTAQ

12:00h – Cobranças indevidas por parte dos terminais aos exportadores brasileiros.

12:30h - Assuntos Gerais

13:00h – Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA		PR	
2	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR	
3	CAROLINE STEPHANY INOCENCIO	CGAC/SE/MAPA	PR	
4	DANIEL FURLAN AMARAL	ABIOVE	PR	
5	ROBERTO CARSALADE QUEIROGA	ACEBRA	PR	
6	VICTOR EMMANUEL DOS REIS	AGETOP	PR	
7	DAVID ROQUETTI FILHO	ANDA	PR	
8	SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES	ANEA	PR	
9	SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES	ANEC	PR	
10	EDEON VAZ FERREIRA	APROSOJA	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

11	FABIOLA MANESCHY DE AZEVEDO LEMOS	CDP	PR
12	LUIZ ANTÔNIO FAYET	CNA	PR
13	ELAINE RADEL	CNT	PR
14	CARLOS EDUARDO CRUZ TAVARES	CONAB	PR
15	PAULO FERNANDO AMORIM DE CAMPOS	FECOAGRO/RS	PR
16	MARCELO CHAVES NERI DOS SANTOS	FENAMAR	PR
17	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	IBRAF	PR
18	VITOR LUDVIG BUMBIERIS	MF	PR
19	PAULO CARNEIRO JUNQUEIRA	OCB	PR
20	IVAN AMÂNCIO SAMPAIO	SINDIVEG	PR
21	LAURINDA A. SANTANA	ABPA	CO
22	PATRÍCIA VIEIRA TOMÉ ALBA	AEXA	CO
23	ROGÉRIO MENESCAL	ANTAQ	CO
24	SANDRA R.A. BEZERRA	CNA	CO
25	ELISANGELA PEREIRA LOPES	CNA	CO
26	PEDRO RONALT VIEIRA	MAPA	CO
27	OLIVIA PINHEIRO	PATRI	CO
28	EDUARDO BEZERRA	SEP/PR	CO
29	RODRIGO LIMA	SEP/PR	CO
30	FELIPE OZORIO	SEP/PR	CO

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Sim

Desenvolvimento

Abertura: a 41ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio foi aberta às nove horas e trinta e minutos do dia 09 de abril de 2015, na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, em Brasília-DF, pelo Secretário da Câmara, Carlos Alberto Nunes Batista, que indicou, mediante aprovação do plenário, o Sr. Edeon Vaz Ferreira, representante da Associação dos Produtores de Soja – APROSOJA, para presidir a reunião da Câmara. O Senhor Edeon agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Sr. José Mário Schneider, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás e Vice-Presidente da CNA, que dando as boas vindas a todos, ressaltou a importância da CTLOG, reconhecendo o trabalho que tem trazido resultados positivos para o agronegócio brasileiro. Informou a sua condição de Diretor da Comissão de Logística da CNA e que estará acompanhando o trabalho da Câmara, colocando-se à disposição deste colegiado. O Senhor Edeon agradeceu a presença de José Mário e passou a palavra ao Secretário para dar continuidade à pauta da reunião.

Apreciação e Aprovação da Ata da 40ª Reunião da Câmara: a ata foi aprovada pelos membros, sem nenhuma ressalva e assinada pelos presentes naquele encontro.

Avisos da Secretaria: o Secretário Carlos Alberto solicitou aos membros a atualização das indicações para a composição da Câmara, visto que, houve mudanças na representatividade das entidades e destacou a importância de se obter uma lista consolidada para que seja publicada no Diário Oficial da União em ato da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Apresentação MAPA: o Secretário Carlos Alberto apresentou e deu as boas-vindas ao General Pedro Ronalt Vieira, futuro Diretor de Infraestrutura e Logística do Agronegócio do Ministério da Agricultura, que passará a integrar a Câmara.

Recomposição da CTLOG: O Secretário falou sobre a vacância, desde dezembro de 2014, da Presidência da Câmara, em decorrência do pedido de afastamento do Sr. José Ramos Torres de Melo Filho e comentou que por orientação da Coordenação das Câmaras, dentro do processo de alternância das entidades no comando do colegiado e, acostado no Regimento Interno, indicou o nome do Sr. Edeon Vaz Ferreira a ser submetido à Ministra Kátia Abreu para ocupar o posto. A indicação foi aclamada por todos os membros presentes. Isto posto, o Sr. Edeon agradeceu a confiança e ratificou o seu compromisso com os trabalhos da Câmara, destacando que sua característica de trabalho é a objetividade. Enfatizou que a Câmara é um fórum de assessoramento da Ministra da Agricultura e não tem autonomia para tomar decisões ou encaminhar assuntos que não sejam por intermédio do Ministério. Sendo assim, assuntos que forem tratados fora deste âmbito, devem ser encaminhados pelas próprias entidades.

Encaminhamento: submeter, a Ministra Kátia Abreu, a indicação do Sr. Edeon Vaz, a ser nomeado para o encargo de Presidente da Câmara, pelos próximos dois anos, com consequente publicação no DOU. **Responsável:** Coordenação das Câmaras.

Avaliação dos impactos da greve dos caminhoneiros - Garantia constitucional do direito de ir e vir; Indenizações aos prejudicados pelas paralisações: dando continuidade à pauta, o Presidente destacou a importância do assunto a ser discutido, visto que envolve todo o setor produtivo e passou a palavra ao Sr. Daniel Furlan Amaral, representante da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE, para relatar a atual situação da greve dos caminhoneiros. Daniel se apresentou como Gerente de Economia da ABIOVE e fez um breve histórico da greve dos caminhoneiros, relatando que houve um problema na safra relacionado a estiagem, o que atrasou a colheita, fato que impactou no custo dos fretes rodoviários. Relatou, também, que em fevereiro houve o início de um movimento grevista, liderado pela Associação de Transportadores de Carga - ATC no estado do Mato Grosso, que reivindicava a melhoria no valor do frete, incorporando no cálculo os aspectos variáveis e os custos do caminhão. Foi elaborado, pela ATC, um balizador de custos para orientar os caminhoneiros, medida que foi realizada à margem da legislação brasileira, impondo uma tabela para os transportadores, fato que gerou conflitos. O movimento tomou corpo e foi replicado em outros Estados da Federação, o que determinou uma intermediação do Governo, liderada pelo Ministro Miguel Rossetto, criando três Grupos de Trabalho para atender a pauta de reivindicações dos grevistas, distribuídos em regulamentação da Lei dos Motoristas; Aperfeiçoamentos da legislação via CONTRAN e; Estabelecimento de uma tabela referencial de frete. Para compor este último grupo foram designados representantes das instituições: CNI, que não participou da discussão, CNA, ANUT e ABIOVE. Daniel informou que o Grupo de Trabalho realizou três reuniões, sendo que na segunda quase houve um consenso a respeito da criação da tabela, mas o importante seria trabalhar para a redução dos custos para os caminhoneiros. Entretanto, na terceira reunião, voltou a se defender uma pauta de frete mínimo, o que não tem respaldo legal, visto que o Governo não pode interferir nas relações privadas, o que gerou um impasse, visto que os caminhoneiros fixaram interesse na aprovação da tabela de preços mínimos e o Grupo acredita que há a possibilidade de se trabalhar outros itens que possam beneficiar os caminhoneiros. Daniel enfatizou que a Tabela de Referência não garante em melhor remuneração para os caminhoneiros, pois esbarra na questão da oferta e



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

demanda, mas é possível se construir uma alternativa mais ampla para resolver o problema. O Presidente agradeceu pelo relato e passou a palavra a Luiz Antônio Fayet que informou ter participado das reuniões representando os usuários embarcadores e disse não acreditar que a Tabela Referencial resolva o problema e tem dúvidas quanto a sua aplicabilidade, pela grande diversidade do Brasil em relação às estradas, valor do combustível e pedágios, além da variedade de cargas transportadas pelo País. Destacou, ainda, a importância de se proteger o setor do Agronegócio nas discussões, para não permitir que seja transformado em vilão, pois o temor é que se publique uma norma inconstitucional que obrigará o setor a entrar com um Mandato de Segurança. Informou que existem vários grupos participando das negociações e entre eles, alguns que querem se aproveitar do estabelecimento da Tabela. Finalizando, falou do direito constitucional de ir e vir, que deve ser assegurado pelas autoridades brasileiras e não foi observado durante a greve, citando casos de pequenos produtores que foram prejudicados pela greve, o que gerou um movimento reivindicatório de indenizações, que poderá tomar uma dimensão muito maior com a responsabilização das autoridades competentes. O Sr. Paulo Carneiro Junqueira, representante da Organização das Cooperativas Brasileira - OCB, relatou que em Goiás houve um excedente de caminhões devido à queda na produção e o aumento do número da frota de veículos. O Sr. Roberto Carsalade Queiroga, representante da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil – ACEBRA, destacou que o diagnóstico é claro, há um excesso de caminhões, estimulado por ações do Governo, consequentemente diminuindo o valor dos fretes e ressaltou que a solução estudada pelo Governo, para estabelecer uma Tabela de Referência é uma ilegalidade, o que obrigará os embarcadores a entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIM. Entende que se deve deixar claro que o agronegócio participou das negociações e que se a Tabela for aprovada será questionada judicialmente. O Presidente falou de um documento que foi elaborado pelo Grupo de Trabalho responsável por elaborar a Tabela de Referência e solicitou que Daniel, da Abiove, o apresentasse a todos. Daniel iniciou ressaltando que a Tabela não vai funcionar e falou dos impactos da Tabela de Referência para os pequenos produtores rurais, aumentando os custos, gerando inflação e perda de competitividade nas exportações. Ressaltou, também, que este é um assunto de interesse geral, pois afeta todos os setores produtivos e que 15 (quinze) entidades já solicitaram audiência com o Ministro dos Transportes para tratar do tema. Informou, também, que o Ofício em questão foi protocolado em 26 de março contendo um posicionamento dos embarcadores, uma visão geral sobre os fretes, um relato sobre o problema de custo do combustível, um levantamento dos problemas que podem ser causados pelo tabelamento do frete, apresentando fundamentação legal e dando sugestões apresentadas pelos usuários para melhorias para os transportadores, sendo: eliminação da incidência de PIS, Confins e CIDE sobre o diesel e biodiesel; sanção imediata do PL 4.246/2012, convertido na Lei 13.103/2015; prorrogação por 12 meses do cronograma de pagamentos para os empréstimos do Pró Caminhoneiro e FINAME do BNDES, mantendo os mesmos níveis de encargo; definição de metodologia de reajuste de pedágios; desonerar os pedágios nas rodovias; estimular a criação de uma bolsa de fretes; regulamentação e desvinculação da atividade de agenciamento de cargas do transporte rodoviário de cargas; manutenção da alíquota da contribuição previdenciária sobre a receita bruta do setor de transporte rodoviário de cargas em 1% e criar uma Câmara Permanente de Competitividade no âmbito do Ministério dos Transportes. A esse ofício foi anexado um Ofício de 06 de março com considerações econômicas e legais a respeito do assunto. O Presidente sugeriu, então, que a Câmara referendasse o teor do Ofício apresentado junto à Ministra Kátia Abreu, visto que, o documento está muito bem embasado.

Encaminhamento: elaborar documento a ser enviado à Ministra Kátia Abreu, referendando o teor do Ofício protocolado na Secretaria Geral da Presidência da República no dia 26 de março.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Responsável: Carlos Alberto Nunes Batista – Secretário.

Destramento das licitações portuárias e das poligonais: o Presidente convidou o Sr. Fayet para falar do tema, que discorreu acerca dos problemas na área portuária e mencionou a mudança na gestão portuária do Governo como uma boa oportunidade de melhoria para o setor. Falou que devido a essa mudança, houve alteração na legislação, resultando na Nova Lei dos Portos, derivada da Medida Provisória 595, que tem como foco principal a grande demanda para ampliar a capacidade exportadora. Contudo o Governo passa por dificuldades financeiras para ampliar os portos, mas existe o interesse privado em se fazer investimentos. Destacou, ainda, que o Projeto de Lei passou por diversas alterações, mas manteve o espírito de abertura para a ampliação do investimento. Como exemplo da importância dos investimentos, Fayet citou números de 2013, quando 60 milhões de toneladas de soja e milho foram transportados, para embarque nos portos do Sul e Sudeste, transportados por rodovias, congestionando-as e gerando um custo adicional estimado entre US\$ 50,00 e US\$ 70,00 por tonelada. Fayet informou que os processos das licitações portuárias estavam em andamento, mas foram paralisados, a exemplo o Porto de Paranaguá que em 2012, já possuía o seu plano de desenvolvimento aprovado pela ANTAQ e pela SEP, assim como todos os projetos básicos, licenciamento ambiental e o terreno já pronto para iniciar a ampliação, quando a licitação foi sustada pelo Governo. Falou, também, da EBP - Estruturadora Brasileira de Projetos, que foi designada para reestruturar os projetos de ampliação dos portos e fez modificações no projeto do Porto de Paranaguá que já havia sido aprovado e discutido em assembleias públicas com a participação de mais de 500 (quinhentas) pessoas. No Porto de Belém onde se tinha um projeto do Terminal do Outeiro para 15 milhões de toneladas e operações com navios de até 120 mil toneladas, contemplando três lotes, o que ensejava a competição entre embarcadores, a EBP transformou o projeto dos três lotes em apenas um, reduziu a capacidade operacional de 15 para 6 milhões de toneladas e a estrutura do terminal planejada para operar navios de até 120 mil toneladas, no novo projeto passou para navios de 40 mil toneladas. Essa intervenção, respaldada pela SEP, paralisou as licitações, prejudicando as exportações, pois, levando em conta a taxa de incremento do excedente exportável na nova fronteira, que registra entre 3 a 5 milhões de toneladas a cada ano, para equilibrar a demanda da capacidade exportadora e a oferta de terminais, no atual ritmo de crescimento, serão necessários 20 anos. Fayet relatou outro problema gerado pela Nova Lei dos Portos que estabeleceu que até o dia 06 de junho de 2014 deveriam ser definidas as poligonais determinantes dos chamados Portos Públicos, definindo quais são os bens públicos nos portos, o que ainda não ocorreu em todos os portos. Esse fato travou os investimentos de ampliação portuária, fazendo com que o País perca competitividade e a capacidade de dinamizar sua participação no mercado internacional. Fayet sugeriu que fosse enviado à Ministra Kátia Abreu um documento pedindo a intervenção do Ministério da Agricultura no destravamento das licitações e na definição das poligonais e solicitou ao Secretário da Câmara que repassasse aos membros um documento chamado escoamento de Safra, fruto de um trabalho realizado pela Câmara no final do ano de 2014. Após a explanação de Fayet, o Presidente fez uso da palavra para complementar as informações, relatando que esteve em Vila do Conde, Marabá e Itaqui. Ressaltou que se pode dividir o escoamento pelo Norte em dois módulos, sendo um para as estações de transbordo de carga nos quais cita Porto Velho que com investimentos privados terá uma capacidade estimada em 2025 de 12 milhões de toneladas, Miritituba com previsão de 30 milhões de toneladas, Marabá com previsão 15 milhões de toneladas, Itaquiara, Santana e Santarém com a capacidade prevista de 05 milhões de toneladas cada, Vila do Conde com a previsão de 19 milhões de toneladas e Outeiro que ainda não saiu do papel, aguardando a política de arrendamento. Diante destes números, o Presidente ponderou que faltarão portos para atender a demanda do País e é necessário que se tomem atitudes para



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

agilizar o processo. O Presidente citou ainda o caso de São Luis, que está em uma situação diferente, pois não depende de arrendamento e os investimentos estão sendo feitos pela iniciativa privada, porém o Terminal da Ponta da Madeira trabalha com limitação de 2,5 milhões de toneladas de soja enquanto o Tegram não atingir a capacidade de 10 milhões de toneladas. O Tegram ainda está em fase inicial e a expectativa é que se chegue até o final do ano à capacidade de 1,5 milhão de toneladas, permitindo que o terminal da Ponta da Madeira alcance os 3,8 milhões de toneladas de soja operados no ano de 2014 e os terminais do Maranhão cheguem ao volume de operação total de 5,3 milhões, sendo que a capacidade esperada era de 7 milhões de toneladas, fato que está freando a exportação pelo Norte do País. Finalizando, o Presidente falou do Projeto WTorre que começará operando com grãos na faixa de 7 milhões de toneladas, prevendo 6 berços com calado médio de 18 metros. Diante da proposta do Fayet e da necessidade apresentada, o Presidente sugeriu que a Câmara faça um encaminhamento à Ministra com uma exposição de motivos solicitando uma ação direta do Ministério da Agricultura junto à SEP e ao TCU para dar prioridade ao destravamento das licitações e das definições das poligonais. Todos de acordo, o Presidente prosseguiu com a pauta.

Encaminhamentos: I) Enviar aos membros o documento Escoamento de Safra elaborado pela Câmara no final do ano de 2014. **Responsável:** Carlos Alberto – Secretário da Câmara. II) Elaborar uma exposição de motivos, a ser enviado à Ministra Kátia Abreu, solicitando uma ação direta do Ministério da Agricultura junto à SEP e ao TCU para dar prioridade ao destravamento das licitações e das definições das poligonais. **Responsável:** Carlos Alberto – Secretário da Câmara.

Qualidade das estruturas de armazenagem – empreendimentos novos: o Presidente passou a palavra ao Sr. Paulo Carneiro Junqueira, representante da OCB, que apresentou aos membros slides ilustrativos dos problemas apresentados nas estruturas de armazenagem construídas nos últimos anos, evidenciando que se deve fazer um alerta à Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ, que agrega o setor de construção de armazéns, para que problemas dessa ordem sejam evitados. Fayet solicitou a palavra e questionou se no MAPA existe uma área específica que cuide do armazenamento e se há algo que possa ser feito, sugerindo a criação de um cadastro negativo das empresas que prestem serviços de má qualidade. O Sr. Carlos Alberto Pereira de Albuquerque, representante do Instituto Brasileiro de Frutas - IBRAF, ressaltou que a responsabilidade na fiscalização destas estruturas é do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e o que pode ser feito é verificar se as empresas estão trabalhando legalmente e solicitar ao CREA que fiscalize as estruturas. Roberto Queiroga falou da sua preocupação em se apresentar o problema ao MAPA e isso travar o avanço dos financiamentos para a armazenagem que estão em curso. Paulo Carneiro ressaltou que a sua intenção ao trazer a apresentação para a Câmara era apenas alertar a todos a respeito do problema e que partilha da opinião de que esse assunto não deve ser levado ao MAPA, pois acredita que pode ser resolvido sem intervenção do Governo. Falou que uma das empresas que fornecem as estruturas o convidou para um fórum que discutirá o desenvolvimento de novas tecnologias para o setor, destacando que as empresas começaram a ouvir os usuários. O General Pedro Ronalt, do MAPA, relatou ter assistido uma apresentação da CONAB, na qual estava prevista a construção de 18.000 (dezoito mil) novos armazéns, aquecendo o mercado e atendendo a 68% da demanda. Destacou que o cliente deve se preocupar com a qualidade na hora de contratar o serviço e que esta é uma relação privada que não deve ter interferência do Governo. O Sr. David Roquetti Filho, representante da Associação Nacional para Difusão do Adubo - ANDA, corroborou com a ideia do General Ronalt e sugeriu que se convidasse um representante do CREA para apresentar o problema. Rogério de Abreu Menescal, representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ANTAQ, falou que,



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

neste caso, deve-se acionar o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e deve-se verificar se existe alguma norma da ABNT, caso não exista, deve-se buscar a regulamentação. O Secretário Carlos Alberto lembrou que o MAPA criou e coordena o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, cujo Comitê Técnico Consultivo é integrado, dentre outros, pelo CONFEA, ensejando a internalização das discussões do assunto naquele colegiado. Diante das exposições, o Presidente sugeriu que se fizesse um encaminhamento à Ministra Kátia Abreu manifestando a preocupação quanto à qualidade dos armazéns entregues. Queiroga reiterou sua posição em não se apresentar o problema ao MAPA e foi apoiado pelos membros presentes. Desta forma, o Presidente encerrou o assunto, ressaltando que este será um tema de tratativa interna da Câmara.

Nova estrutura de informações da ANTAQ: O Sr. Rogério Menescal destacou a importância dos dados a serem apresentados e que o Brasil é o único país no mundo a disponibilizar estas informações, frutos de um esforço conjunto do Governo e da iniciativa privada. Apresentou os números da movimentação portuária no País divididos entre portos públicos e instalações privadas (TUPs), e também em longo curso, cabotagem e navegação interior, demonstrando o ambiente de sistemas de transportes aquaviários através de fluxogramas, com informações de interesse para os usuários do transporte aquaviário. O Presidente agradeceu a apresentação e destacou a importância do trabalho da ANTAQ que servirá para orientação do setor. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Cobranças indevidas por parte dos terminais aos exportadores brasileiros: o Presidente convidou a Sra. Patricia Vieira Tomé Alba, representante da Associação dos Exportadoras de Açúcar e Alcool - AEXA, para falar do Tema. Patricia relatou ocorrências, especialmente no Porto de Santos, em relação a movimentação de contêineres, no qual os embarcadores recebem os contêineres vazios, cumprem todo o deadline imposto pelos armadores, junto ao Terminal de embarque estabelecido por referidos armadores e por algum motivo de responsabilidade do porto e ou terminal e ou armador, estes contêineres são deixados no terminal, sem serem embarcados, o que gera altas cobranças/multas para os embarcadores. Caso a cobrança/multa não seja paga o CNPJ do exportador é bloqueado pelo terminal e ele não consegue embarcar suas mercadorias ficando impossibilidade de realizar qualquer exportação. Patricia informou que a AEXA já fez contato com a ANTAQ que se mostrou solícita aos embarcadores, discutindo com os terminais a possibilidade de se extinguir as cobranças/multas. Na oportunidade questionou como a CTLOG poderia intervir nesses casos. Fayet agradeceu a colocação de Patricia e falou do trabalho realizado pela Câmara em conjunto com a ANTAQ, na tentativa de se retirar a cobrança dessas taxas, no qual se formulou uma minuta de decreto para regulamentar a cobrança das taxas. Informou que esta é uma pauta da Câmara e que entre 30 a 60 dias, esse assunto voltará a ser discutido com a ANTAQ. Rogério Menescal, da ANTAQ sugeriu que se propusesse a atualização da norma e falou que aquela agência está sensível ao problema e que no relatório anual, constarão os valores cobrados pelos portos, permitindo que o usuário possa escolher o que melhor lhe convém. Agradecendo a explanação o Presidente esclareceu que a CTLOG trata efetivamente dos problemas do transporte, relacionados ao agronegócio.

Assuntos Gerais: o Presidente comentou a correspondência enviada pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA enviada a CTLOG, tratando da construção de uma Unidade Armazenadora da CONAB em Luís Eduardo Magalhães e questionou o Sr. Carlos Eduardo Cruz Tavares, representante da CONAB, quanto ao andamento do empreendimento. O Sr. Carlos Eduardo relatou que o processo de construção dos armazéns está vinculado ao Banco



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

do Brasil e alguns problemas atrasaram o início dos projetos. Ultrapassados os impasses com o Banco do Brasil, a execução esbarrou na falta de recursos do Governo Federal, mas informou que as construções devem começar a partir de outubro. Em relação ao armazém de Luis Eduardo Magalhães, Carlos Eduardo, disse que este é o mais viável, pela grande demanda da região, e acredita que será um dos primeiros a ser construídos. O Presidente sugeriu, então, que seja elaborado um documento a ser encaminhado à Ministra Kátia Abreu solicitando prioridade e agilidade na construção do armazém citado pela AIBA, proposta aprovada pelo colegiado. Continuando os trabalhos o Presidente propôs que a partir da próxima reunião, quatro entidades utilizem 5 minutos, cada para uma apresentação institucional aos demais membros da CTLOG, permitindo um melhor conhecimento de todas as instituições compõem a Câmara. Diante da aprovação de todos, ficou definido que na próxima reunião se apresentarão a Associação dos Exportadores de Açúcar e Alcool - AEXA, Associação das Empresas Cerealistas do Brasil - ACEBRA, Associação Nacional dos Exportadores de Cereais - ANEC e Organização das Cooperativas Brasileira - OCB. Fayet solicitou a palavra e falou que no ano de 2015 a Câmara completa 10 anos de existência e sugeriu um evento comemorativo para registrar o fato, proposta acatada por todos os membros. Finalizando, o Presidente falou da preocupação da Câmara ter uma visão estratégica e não agir apenas apagando incêndios, em eventos pontuais e se comece a falar de estratégias já na próxima reunião. Queiroga solicitou que o assunto das multas impostas no Porto de Paranaguá, tratado na última reunião, volte à pauta para a próxima reunião, visto que muitos cerealistas estão enfrentando dificuldades relacionadas ao assunto. O Presidente concordou com a solicitação e pediu ao Secretário incluir o tema na pauta da próxima reunião.

Encaminhamento: elaborar um documento a ser encaminhado à Ministra Kátia Abreu, solicitando prioridade e agilidade na construção do armazém de Luís Eduardo Magalhães. **Responsável:** Carlos Alberto – Secretário da Câmara.

Encerramento: Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente agradeceu aos dirigentes da CNA pelo espaço cedido e a presença de todos os membros que participaram da reunião que foi encerrada às doze horas e trinta e oito minutos, e eu Caroline Stephany Inocêncio, lavei a presente ata, revisada pelo Secretário da Câmara.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	Auditório Maior, Sobreloja do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF		
Data da reunião:	10/06/2015	Hora de início:	09:00
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------